

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Requerimento nº , de 2007  
(Do senhor Pedro Wilson)**

Solicita a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, para debater a crise das universidades estaduais.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, para debater a crise das universidades estaduais..

## **JUSTIFICAÇÃO:**

O Censo da Educação Superior realizado em 2005 apontou que o Brasil possui 2.165 instituições de ensino superior, dessas instituições 11% são públicas, 6% são universidades e apenas 4% são universidades públicas. Um sistema marcadamente não universitário e privado. Pode se imaginar o efeito dessas características sobre a produção científica, considerando que o Brasil ainda reserva para as universidades o papel de agregar os pesquisadores e disseminar a ciência.

Um contingente de 4 milhões e meio de alunos estão matriculados nas IES brasileiras, desses apenas 26 % estão nas instituições públicas, 13% estão nas instituições federais e 11% estão nas instituições estaduais. Mesmo com o crescimento das IES privadas nos últimos anos, a Taxa Bruta de Escolarização da América Latina é de 19% e o Brasil apresenta uma das mais baixas da região (17,3%), ou seja, o número de vagas ofertadas aos jovens de 18 a 24 anos não atinge a um quinto da população em idade para cursar o nível superior.

O Brasil tem 24 milhões de jovens com idade entre 18 e 24 anos, todavia somente 2 milhões e meio (10%) deles estão matriculados na educação superior. A população de estudantes de nível superior, apenas 27% está matriculada em instituições públicas. Para se ter idéia da demanda, os vestibulares nas IES públicas apresentam uma média de 8 candidatos por cada vaga, enquanto nas IES privadas a concorrência média é de 1,3 candidatos por vagas. Foram oferecidas quase dois milhões e meio de vagas para os processos seletivos, porém ingressaram apenas 1.397.281 alunos, deixando ociosas 43% das vagas, em sua grande maioria nas instituições privadas, não ocupadas seguramente por falta de condições financeiras da população.

A tendência de aumento da demanda por educação superior converge variáveis ligadas ao mundo do trabalho cada vez mais complexo e, variáveis ligadas a democratização do acesso à educação básica e a melhora da eficiência nas taxas escolares do ensino médio. Em Goiás, 15.2525 pessoas se

inscreveram em seus vestibulares em 2005, porém apenas 7% deles ingressaram nas IES públicas, a metade deles na Universidade Estadual de Goiás, a UEG.

A UEG, criada em 1999, ampliou enormemente a matrícula do sistema de educação superior de Goiás, não só pela oferta de cursos regulares em seus 41 municípios, como também pela oferta de programas emergenciais na formação de professores da educação básica. No ano da sua criação, Goiás oferecia apenas 20 mil vagas nas IES públicas, número que saltou para 37 mil em 2005 no ensino regular, e cerca de mais 19 mil alunos em formação em seus programas especiais de graduação.

Com a característica de ser multicampi, a UEG consegue oferecer aos estudantes do interior do estado cursos em suas próprias localidades, o que inverte o movimento de evasão de cérebros das cidades menores para a capital. Também se destaca o grande número de cidades atendidas diretamente pela instituição que alcança a proporção de uma em cada seis cidades do estado. O grande e imediato problema da instituição é o seu financiamento, notadamente nos recursos destinados ao investimento. A consequência mais visível é sobre as bibliotecas e laboratórios da instituição que quando existem, são precários e insuficientes para a importância que a universidade assume nas diversas localidades.

A exemplo dos demais estados da federação, Goiás se vê diante de uma grave crise fiscal, sobretudo em função do comprometimento de parcela significativa de suas receitas na amortização da dívida com a União. É essa crise fiscal que prejudica a capacidade dos governos em realizar os investimentos necessários em diversas áreas, sobretudo aquelas chamadas de áreas sociais não-essenciais. A educação superior tem grande importância estratégica no desenvolvimento e emancipação social das nações, porém em regiões agropastoris como a maioria do território goiano, ela assume importância potencial na superação da condição de exportador de comodites para produtor de bens e serviços de maior valor agregado, envolvidos em uma

cadeia produtiva capaz de gerar renda e distribuição. Esse é só um dos benefícios a que a ciência e tecnologia podem oferecer.

As universidades públicas é o locus privilegiado na produção da ciência brasileira. As universidades federais encontram-se protegidas pela tutela do governo federal, que além de possuir regulamentação da dotação orçamentária, possui também maior capacidade de financiamento, com a capacidade técnica já instalada, conseguem atrair ainda os recursos de pesquisa alocados pelas agências nacionais de fomento à pesquisa. Já as universidades estaduais, em sua grande maioria, sobrevivem mesmo é do repasse dos cofres estaduais, que combalidos, tem deixado os investimentos necessários de lado. Porém, a na matrícula brasileira em instituições públicas de educação superior, as estaduais e as federais dividem a sua importância.

Nesse sentido, faz-se necessário convocar um grande debate para discutir a situação de crise vivida pelas universidades estaduais e, ao mesmo tempo, buscar possíveis soluções que possibilitem o pleno funcionamento destas instituições tão importantes para a ciência, o saber, a formação, a inclusão social de milhares de jovens, homens e mulheres brasileiros.

Sala das Sessões, em de maio de 2007.

**Deputado PEDRO WILSON**